

RACIONAMENTO

Nos próximos dias, todos conhecerão o efeito das chuvas sobre os reservatórios das hidrelétricas e os resultados das recentes medidas para aliviar os lagos das usinas do Sudeste e do Centro-Oeste

Semanas decisivas

LUÍS OSVALDO GROSSMANN
 DA EQUIPE DO CORREIO

Desde o trauma nacional com o apagão de 2001, surgem de tempos em tempos suposições sobre um novo racionamento de energia elétrica. Os problemas de abastecimento de gás natural, no final de outubro, e o atraso nas chuvas, que vem deixando em níveis baixos os reservatórios das hidrelétricas realimentaram essa discussão. Há, porém, um novo elemento. Até aqui, os alertas partiam de investidores e analistas, mas na semana que passou um eventual racionamento foi admitido por Jerson Kelman, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), instituição que tem todos os seus diretores indicados pelo governo.

Longe de ser enfático, Kelman admitiu que uma conjunção de fatores negativos pode exigir medidas de contenção no consumo de eletricidade. "É pouco provável, mas não é impossível um racionamento este ano", disse. As discussões que vieram a partir dessa afirmação mostraram que as próximas semanas serão decisivas para o setor energético brasileiro por pelo menos cinco motivos. O primeiro deles é uma definição sobre o volume de água que as chuvas acumularão nos reservatórios das hidrelétricas. Sem um bom resultado, o preço da energia no mercado de curto prazo continuará subindo (veja gráfico). Hoje já se encontra em nível tão alto quanto o que antecedeu o racionamento de 2001/2002.

Capacidade

O segundo é o conhecimento dos efeitos da ligação de seis termelétricas na semana passada, além do fim da transferência de energia para a Região Norte e a conclusão de um gasoduto ligando o Espírito Santo e o Rio de Janeiro. Todas as medidas têm o objetivo de reduzir potenciais problemas nos reservatórios do Sudeste, que têm "queimado" água para o consumo local e enviado ajuda para a Região Nordeste, onde a situação é crítica. Simultaneamente, o Sistema Sudeste/Centro-Oeste tem recebido mais energia da Região Sul.

O quinto motivo envolve a definição, provavelmente amanhã, da capacidade de colaboração da Petrobras, que pode usar menos gás (trocar por óleo) em suas indústrias, vendendo o produto para outras empresas. O fim da transferência de energia para a Região Norte não é uma irresponsabilidade, segundo o Operador Nacional do Sistema elétrico (ONS). De acordo com a instituição, as chuvas que já caíram nas cabeceiras de alguns rios são suficientes para deixar o reservatório de Tucuruí em situação confortável.

Esse quadro ficou nítido após a avaliação de Jerson Kelman, aquele que ganhou a simpatia dos petistas quando, ainda em 2001, apresentou um relatório apontando a falta de planejamento do governo Fernando Henrique Cardoso como causa do apagão. Será desagradável se o mesmo motivo levar a problemas durante o governo Lula, que agora critica Kelman.

Cristiano Maritz/Especial para o CB - 10/12/07



NELSON HUBNER, MINISTRO INTERINO DE MINAS E ENERGIA, E JERSON KELMAN, DIRETOR-GERAL DA ANEEL: POSSIBILIDADE DE RACIONAMENTO DIVIDE AUTORIDADES FEDERAIS

VALORES MAIS CAROS



ANÁLISE DA NOTÍCIA

Aumento de 130% preocupa

A disparada do preço da energia no mercado de curto prazo — 130% em apenas duas semanas — não significa, à primeira vista, que os brasileiros terão aumentos semelhantes em suas contas de luz.

Mas há um efeito indireto. Esse custo, no entanto, é relevante para as indústrias e outros grandes consumidores, como hipermercados. A maioria deles tem contratos já firmados, embora a associação que os representa, Abrace, calcula que cerca de 10% estão descobertos.

Para eles, os R\$ 569 por megawatt-hora de energia, valor desta semana, tem impacto

direto. Mas mesmo aqueles com fornecimento garantido vão sentir. Afinal, muitas empresas passaram a consumir mais do que o contratado, ou planejavam fazê-lo, graças ao crescimento da economia e o consequente aumento na produção.

"Tem muita gente que pensa em produzir mais, e isso exige comprar energia no mercado à vista. Mas com esse preço, não dá para pagar", diz a diretora-executiva da Abrace, Patrícia Arce.

Distribuidoras de energia em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul já chegaram até a anunciar o cancelamento de contratos especiais

para o horário de pico (18h às 21h) e passaram a cobrar mais do que o dobro do previsto anteriormente. Segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), empresas que acionaram segundo turno de produção com energia mais barata poderão demitir.

Não é por menos que analistas, no Brasil e no exterior, começam a questionar o efeito das dificuldades de energia no crescimento do país. Até pouco tempo, os sinais eram de que a economia brasileira poderia repetir o desempenho de 2007 e crescer acima de 5% novamente. (LOG)

Consumo crescente

Na sucessão de desmentidos que se seguiu à afirmação de Kelman sobre a possibilidade de um racionamento de energia, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, ligada ao Ministério de Minas e Energia), Maurício Tolmasquim, indicou que "a declaração foi superdimensionada pela imprensa". Afinal, insistiu, poucas coisas são efetivamente impossíveis.

Faria sentido, não fosse a fúria com que reagiu o próprio governo. O ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner, pressionou a Aneel para que a declaração de Kelman fosse tratada como "opinião pessoal e não uma posição da agência". O diretor-geral da Aneel foi convocado ao Palácio do Planalto, na quinta-feira, para levar uma bronca da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O governo tem enfatizado que o país ainda está no início do período de chuvas e que, portanto, é muito cedo para alarmes. Os reservatórios estão baixos, especialmente porque a vazão dos rios que alimentam as usinas é inferior à média histórica, mas podem se recuperar durante o período úmido, que em geral vai até abril. Além disso, diferentemente de 2001, hoje o país conta com um parque gerador termelétrico capaz de fornecer cerca de 7,5 mil MW de energia, ou 15% do consumo nacional.

De toda forma, é preciso re-

conhecer que há uma conjunção de fatores negativos que alimenta a preocupação. A primeira premissa é que a carga de energia, de aproximadamente 53 mil MW, está muito próxima do consumo — e há alguns anos esse consumo cresce mais rapidamente que a capacidade geradora. Além disso, 60% do parque térmico, instalado para dar segurança ao sistema, é movido a gás natural. E hoje o Brasil não conta com gás suficiente para todos que precisam dele, pois além da eletricidade, é usado em indústrias e em automóveis.

Durante a semana passada, algumas térmicas acionadas pelo Operador Nacional do Sistema elétrico (ONS) geraram pouco mais da metade da energia programada, exatamente por insuficiência de gás natural. Grandes projetos para a geração de mais energia, como as hidrelétricas do Rio Madeira, em Rondônia, ou a de Belo Monte, no Pará, ainda não contam com o primeiro tijolo, para não falar nas licenças ambientais. Assim, a proximidade entre oferta e demanda de energia deve se manter por mais alguns anos.

É imprescindível, como se vê, uma boa gestão do sistema nesse período em que não há sobras. O sinal mais eloquente das dúvidas pode ser medido pelo preço da energia no mercado de curto prazo, que começou a disparar na primeira semana do ano e já alcança R\$ 569 por megawatt-hora. Há um ano, custava R\$ 28. (LOG)